



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 001/2021.

Projeto de Lei n.º 02/2021

Recebido em 19 de 01 de 2021

Prazo Venc. em de de

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Recebido por

- CONVOQUE-SE
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
PARA O DIA
22/01/2021 - 9 HORAS
IBIÚNA, 19/01/2021.

Ibiúna, 14 de janeiro de 2021.
Leia-se em Sessão.

- Cópia aos Edis.

- As comissões.

Ibiúna, 19/01/2021.

Presidente

Tenho a honra de, por intermédio de Vossa Excelência, encaminhar à elevada consideração dessa Nobre Casa de Leis a presente Proposição, sob o n.º 001, desta data, que "Disciplina o Programa de Recuperação de Crédito Fiscal, dos débitos Tributários e não Tributários inscritos ou não em Dívida Ativa, constituídos ou não, em fase de cobrança administrativa ou judicial e dá outras providências".

A propositura em questão tem como escopo conceder novas oportunidades àqueles contribuintes que até agora não conseguiram quitar seus débitos junto à Fazenda Municipal de Ibiúna, bem como propiciar mecanismos de incremento de receitas em momento de queda de arrecadação, tudo em decorrência do momento pandêmico pelo qual o País e o mundo vêm atravessando desde o início do exercício fiscal de 2020.

Inexoravelmente, no último exercício fiscal (2020) o Brasil e o mundo foram expostos aos nocivos efeitos da pandemia do SARS-COV-2 (COVID-19), que não ficam adstritos às questões sanitárias/saúde, mas extravasam para criar uma crise econômica que ocasiona a elevação do índice de desemprego, a redução do poder aquisitivo da população e o comprometimento da satisfação das obrigações regulares, condições essas que resultam em famílias ibiunenses com níveis altos de dívidas e contas atrasadas (inadimplência).

A iniciativa que tem se mostrado eficaz na manutenção ou incremento das receitas públicas é a concessão de incentivos fiscais, desde que não configurem renúncia de receitas, como é a hipótese da presente propositura que almeja tão somente o recebimento do valor do tributo inadimplido, devidamente corrigido monetariamente, sem a incidência de multas e juros que, como sabido na legislação tributária, elevam sobremaneira o valor do débito ao contribuinte inadimplente.

A exceção ao decorrido no parágrafo anterior fica por conta dos contribuintes que fizerem opção pelo pagamento à vista dos tributos vencidos nos exercícios fiscais pretéritos, haja vista que além dos benefícios fiscais mencionados, será concedido um desconto sobre o valor do próprio tributo, todavia, essa prática decorre do tratamento isonômico conferido àqueles contribuintes que hodiernamente fazem opção por essa modalidade de pagamento do tributo no próprio exercício de vencimento, não havendo, portanto, qualquer prejuízo ao erário ou renúncia de receita.

No ensejo, considerando não ter havido o tratamento da questão no encerramento do exercício fiscal anterior, a presente propositura pretende a concessão de desconto para os contribuintes que fizerem opção pelo pagamento à vista do IPTU 2021, no importe de 10% (dez por cento), com base no binômio da conveniência-oportunidade, à luz dos argumentos retro mencionados, mormente os efeitos decorrentes do enfrentamento da

Camara Municipal da Estância

Turística de Ibiúna

Recebido em, 19/01/2021

11.2545

Sec. do Proa. Legislativo



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

pandemia do COVID-19, bem como por haver previsão na LDO e na LOA para o presente exercício, salientando que tal medida não se caracteriza como a famigerada renúncia de receita, nos termos do art. 14, § 1º da Lei Complementar Federal N.º 101/00, posto que se o fosse, todo e qualquer desconto incidente sobre o valor do tributo assim o deveria ser considerado em todo o território brasileiro.

Vale ressaltar, ainda, que o indigitado desconto não se submete aos preceitos tributários da anuidade e da noventena, porquanto a propositura em questão não almeja a criação ou a majoração de tributos, pelo contrário, é uma legislação tributária de aplicação imediata para beneficiar o contribuinte e, ao mesmo tempo, propiciar o incremento de receitas do município.

Ainda que não se configure renúncia de receitas, segue em anexo a esta propositura a estimativa do impacto orçamentário-financeiro do benefício fiscal que se pretende instituir, evidenciando que os descontos pretendidos no IPTU não afetarão as metas de resultados fiscais aprovadas para o exercício 2021, haja vista que o cotejo comparativo com o índice de inadimplência atual permite concluir que o benefício fiscal que se pretende conceder, repise-se unicamente àqueles que fizerem opção pelo pagamento à vista do tributo, poderá trazer incremento de receitas no exercício presente em patamares superiores aos dos exercícios passados, tornando desnecessária a edição de legislação futura para instituir novos PRCF (Programa de Recuperação de Crédito Fiscal).

Esse não é o momento adequado para o enfrentamento do acerto ou do desacerto da atualização da planta genérica de valores do município de Ibiúna, concretizado pela Administração passada, contudo, é fato público e notório que a partir dessa providência os índices de inadimplência do IPTU se elevaram a patamares até então não nunca verificados nesta urbe.

Esclareço que a aprovação da presente proposição, no tocante ao PRCF (Programa de Recuperação de Crédito Fiscal), não acarretará impacto orçamentário-financeiro, pois, tratam-se de recursos que não ingressarão nos cofres públicos sem as medidas ora propostas.

Encontrando-se essa Colenda Casa de Leis em período de recesso legislativo, e devido à importância incontestada da presente propositura, servimo-nos do presente para, com fundamento no inciso XX do artigo 61 c.c. §§ 2º e 3º do artigo 13, ambos da Lei Orgânica do Município de Ibiúna, convocar essa Egrégia Câmara Municipal para a realização de sessão extraordinária objetivando a apreciação da presente propositura.

Sem mais para o momento, renovo a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

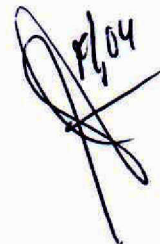


PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Atenciosamente.


PAULO KENJI SASAKI
Prefeito Municipal



AO

DOUTOR PAULO CESAR DIAS DE MORAES

DD. VEREADOR PRESIDENTE DA CÂMARA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

02/2021

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001. DE 14 DE JANEIRO DE 2.021.

“Disciplina o Programa de Recuperação de Crédito Fiscal, dos débitos Tributários e não Tributários inscritos ou não em Dívida Ativa, constituídos ou não, em fase de cobrança administrativa ou judicial e dá outras providências.”.

PAULO KENJI SASAKI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Ibiúna, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Os débitos de pessoas físicas ou jurídicas junto à Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ibiúna terão redução de juros e multas, sem prejuízo da correção monetária, mediante adesão do contribuinte interessado ao Programa de Recuperação de Crédito Fiscal – PRCF, o qual estará em vigor de **25/01/2021 à 31/03/2021** sendo que após esse prazo, não serão mais aceitos nem analisados pedidos de adesão.

Art. 2º - Os débitos Tributários e não Tributários **até dezembro de 2020**, inscritos ou não em Dívida Ativa, constituídos ou não, em fase de cobrança administrativa ou judicial, até a data da publicação desta lei, ficam reduzidos de juros de mora e multa moratória e poderão ser pagos da seguinte forma:

I - Período de adesão de 25/01/2021 à 31/03/2021;

II – Formas de Pagamento:

a) À vista, com adesão até o dia 22/02/2021, com desconto de 10% sobre o valor do tributo e redução de 90% (noventa por cento) do valor dos juros e multa, nos termos do decreto nº 879/2020 (calamidade pública);

b) Em 03 (três) vezes, com adesão até o dia 31/03/2021, com redução de 90% (noventa por cento) do valor dos juros e multa;

c) À vista ou até 06 (três) vezes, com adesão até o dia 31/03/2021, com redução de 80% (oitenta por cento) do valor de juros e multa;

d) Em até 24 (vinte e quatro) vezes, com adesão até o dia 31/03/2021, com redução de 70% (setenta por cento) do valor de juros e multas;

e) Em até 24 (vinte e quatro) vezes, com adesão até o dia 31/03/2021, com redução de 60% (sessenta por cento) do valor de juros e multas;



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

f) Em até 36 (trinta e seis) vezes, com adesão até o dia 31/03/2021, com redução de 50% (cinquenta por cento) do valor de juros e multas;

Art. 3º - Em todas as modalidades de parcelamento, inclusive para o pagamento à vista, a primeira parcela terá o vencimento em até 03 (três) dias após o ato da adesão do PRCF (Programa de Recuperação de Crédito Fiscal), sendo que as demais vencerão na mesma data dos meses subsequentes.

Art. 4º - Nos parcelamentos previstos nas alíneas do inciso II do artigo 2º e artigo 3º desta Lei, o valor das parcelas não poderá ser inferior a R\$ 100,00 (cem reais).

Art. 5º - Terão o direito em aderir ao PRCF (Programa de Recuperação de Crédito Fiscal) todos os débitos que já foram objeto de parcelamentos administrativos anteriores e se encontram com parcelas vencidas e não pagas, sem prejuízo da correção monetária, nos moldes dos incisos II do artigo 2º dessa Lei.

§ 1º - Os débitos que se encontram já protestados, poderão fazer parte do Programa de Recuperação de Crédito Fiscal (PRCF), desde que pagos nos termos do inciso II do artigo 2º, ficando a cargo do contribuinte a quitação das despesas junto ao Cartório de Protesto.

§ 2º - Os contribuintes que aderirem ao PRCF (Programa de Recuperação de Crédito Fiscal) e tiverem processos judiciais em andamento, deverão, além do pagamento do acordo e honorários advocatícios, quitar as custas e despesas judiciais, quando houver, junto ao processo competente.

§ 3º - Todos os termos de parcelamento e adesão deste PRCF (Programa de Recuperação de Crédito Fiscal), e débitos pagos à vista, judiciais, deverão necessariamente ter o aval e a respectiva assinatura de um procurador jurídico, sendo que somente incidirão honorários advocatícios em débitos inscritos em dívida ativa e os em cobrança judicial.

§ 4º - Quando o contribuinte aderir ao PRCF (Programa de Recuperação de Crédito Fiscal) mediante a opção pelo pagamento parcelado, os honorários advocatícios devidos serão adimplidos de igual forma e na mesma proporção do próprio tributo.

Art. 6º - Os débitos objetos dos parcelamentos previstos nesta Lei, não pagos nas datas dos respectivos vencimentos das prestações implicarão na rescisão do termo de acordo quando houver a inadimplência de 02 (duas) parcelas consecutivas.

§ 1º: No caso de rescisão o contribuinte não terá o direito de solicitar a restituição das parcelas pagas, as quais serão compensadas para o abatimento do valor apurado antes da adesão ao Programa de Recuperação de Crédito Fiscal – PRCF, ou seja, sem a utilização de qualquer espécie de desconto.

Art. 7º - Não serão restituídas, no todo ou em parte, quaisquer importâncias recolhidas anteriormente à vigência desta Lei, podendo ocorrer à compensação para o



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

abatimento do valor apurado antes da adesão ao Programa de Recuperação de Crédito Fiscal (PRCF).

Art. 8º - Fica autorizada a aceitar a compensação de créditos tributários, com créditos líquidos e certos vencidos ou vincendos, de devedor com a Fazenda Municipal.

Art. 9º - O pagamento nas condições previstas nesta Lei implica na confissão irretratável do débito e expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, administrativamente ou judicialmente.

§ 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a encaminhar a Protesto Extrajudicial todos os créditos da Fazenda Pública Municipal, de qualquer natureza, vencidos e que estejam em qualquer fase de cobrança administrativa ou judicial, desde que inscritos em dívida ativa.

§ 2º - Na hipótese de lavratura de protesto extrajudicial de que trata o “caput” deste artigo, seu cancelamento somente ocorrerá com o pagamento integral do crédito fazendário e sucumbência judicial incidente, se houver.

Art. 10 - Durante o lapso temporal mencionado no Art. 1º desta Lei, ficam sobrestados os processos administrativo-tributários com vistas à cobrança administrativa dos tributos objetos do PRCF (Programa de Recuperação de Crédito Fiscal), bem como não devem ser protocolizadas novas execuções fiscais ou, então, impulsionadas aquelas já distribuídas.

Parágrafo Único - As disposições do caput deste artigo não se aplicam aos processos administrativos ou judiciais sujeitos à incidência dos fenômenos da decadência ou prescrição durante o período a que alude o Art. 1º desta Lei.

Art. 11 - Fica concedido um desconto de 10% (dez por cento) no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do exercício 2021 para os contribuintes que fizerem opção pelo pagamento à vista até a data de 26/02/2021.

Art. 12 - As despesas com a execução da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, AOS 14 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2021.


PAULO KENJI SASAKI
Prefeito Municipal



Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna

Estado de São Paulo

SECRETARIA DE RENDAS INTERNAS

ANEXO I

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO RELATIVO A RENÚNCIA DE RECEITA (MULTA E JUROS DE MORA).

(Art. 14, caput e Inciso I – LC 101/2000)

Objetiva a presente proposição regulamentar o parcelamento dos débitos de natureza tributária para com a Fazenda Municipal, que estejam ou não inscritos em dívida ativa até 31 de dezembro de 2020. Concomitantemente ao parcelamento conceder-se-á redução de multas e juros, sem prejuízo da correção monetária, mediante adesão do contribuinte interessado ao Programa de Recuperação de Crédito Fiscal – PRCF.

DOS VALORES:

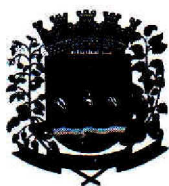
Descrição	Valor R\$	%
Total da Dívida Ativa em 31.12.2020	172.441.220,90	100
Total Multas e Juros da Dívida Ativa em 31.12.2020	15.291.062,86	8,87
Total da previsão de arrecadação de multas e juros para 2021	1.521.000,00	0,88

Pelo quadro acima se verifica que a estimativa de arrecadação de receitas para “Multas e Juros da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária” no exercício de 2021, estão muito inferiores aos totais de créditos inscritos em Dívida Ativa, ficando demonstrado que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do inciso I, do artigo 14 da LC 101/2000 e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Declaro, nos termos da Lei, que as estimativas aqui consideradas estão previstas no Plano Plurianual, nas Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual e não comprometerão as metas fiscais estabelecidas para o período.

Ibiúna, 04 de janeiro de 2021.


Agenor Pereira de Camargo
Secretário de Rendas Internas
Contador



Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna

Estado de São Paulo

SECRETARIA DE RENDAS INTERNAS

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO RELATIVO A RENÚNCIA DE RECEITA (DESCONTO DE 10% DO PRINCIPAL PARA PAGAMENTO A VISTA).

(Art. 14, caput e Inciso I – LC 101/2000)

Objetiva a presente proposição regulamentar o recebimento dos débitos de natureza tributária para com a Fazenda Municipal, que estejam ou não inscritos em dívida ativa até 31 de dezembro de 2020, com redução de 10% do Principal para pagamento a vista, nos termos do decreto nº 879/2020 (calamidade pública).

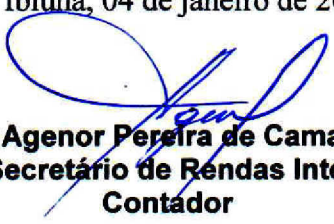
DOS VALORES:

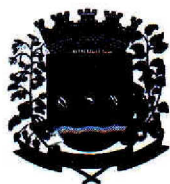
Descrição	Valor R\$	%
1 -Total da Dívida Ativa em 31.12.2020	172.441.220,90	100
2 -Desconto de 10% p/pagamento a vista nos termos do Decreto 879/2020	17.244.122,09	10
3 -Previsão de recebimento da Dívida Ativa no orçamento de 2021.	1.959.000,00	1,13
4 -Desconto de 10% da Dívida Ativa em cota única (10% x 3)	195.900,00	0,11

Pelo quadro acima se verifica que a estimativa de arrecadação de receitas para “Principal da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária com desconto de 10%” no exercício de 2021, estão muito inferiores aos totais de créditos inscritos em Dívida Ativa, ficando demonstrado que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do inciso I, do artigo 14 da LC 101/2000 e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Declaro, nos termos da Lei, que as estimativas aqui consideradas estão previstas no Plano Plurianual, nas Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual e não comprometerão as metas fiscais estabelecidas para o exercício e nos dois seguintes.

Ibiúna, 04 de janeiro de 2021.


Agenor Pereira de Camargo
Secretário de Rendas Internas
Contador



Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna

Estado de São Paulo

SECRETARIA DE RENDAS INTERNAS

ANEXO III

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO RELATIVO A RENÚNCIA DE RECEITA (DESCONTO DE 10% DO PRINCIPAL PARA PAGAMENTO A VISTA).

(Art. 14, caput e Inciso I – LC 101/2000)

Objetiva a presente proposição regulamentar o recebimento do IPTU do exercício de 2021, para pagamento a vista com desconto de 10% (dez por cento) do Principal para os contribuintes que fizerem opção até a data de **15/02/2021**.

DOS VALORES:

Descrição	Valor R\$	%
1 -Total do lançamento de IPTU para 2021.	45.438.886,81	100
2 -Desconto de 10% p/pagamento a vista até 15/02/2021.	4.543.888,68	10
3 -Previsão de arrecadação de IPTU no orçamento de 2021.	25.795.000,00	56,77
4 -Desconto de 10% p/pagamento a vista até 15/02/2021 (10% x 3)	2.579.500,00	5,68

Pelo quadro acima se verifica que a estimativa de arrecadação do IPTU do exercício de 2021, prevista no orçamento, foi feita com base na arrecadação real do ano anterior. Assim sendo, se considerarmos que quanto mais contribuintes aderirem ao pagamento a vista, a receita aumentará na mesma proporção, ultrapassando a receita prevista no orçamento, e assim minimizando os efeitos sobre as metas de resultados fiscais previstas no anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Declaro, nos termos da Lei, que as estimativas aqui consideradas estão previstas no Plano Plurianual, nas Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual e não comprometerão as metas fiscais estabelecidas para o exercício e nos dois seguintes.

Ibiúna, 04 de janeiro de 2021.

Agenor Pereira de Camargo
Secretário de Rendas Internas
Contador



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

"Vereador Rubens Xavier de Lima"
Estado de São Paulo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PAULO CÉSAR DIAS DE MORAES, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 117, e seus parágrafos e artigo 120 alínea "a" do Regimento Interno combinado com os parágrafos 1º. e 2º. do artigo 13 da Lei Orgânica do Município de Ibiúna, e tendo em vista a Mensagem ao Projeto de Lei Complementar nº. 001/2021 de 14 de janeiro de 2021, do Chefe do Executivo, protocolado na Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna no dia 19 de janeiro de 2021 solicitando convocação extraordinária:

CONVOCA os Senhores Vereadores(a) para uma Sessão Extraordinária à realizar-se no dia 22 de janeiro de 2021, às 9:00 (nove horas), no recinto desta Casa de Leis para tratar do seguinte:

1 – Nomeação ou eleição dos membros das Comissões Permanentes da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna para o Biênio 2021 - 2022, nos termos dos artigos 42 e 43 do Regimento Interno;

2 – Recebimento, discussão e votação do Projeto de Lei nº. 02/2021 que "Disciplina o Programa de Recuperação de Crédito Fiscal, dos débitos tributários e não tributários inscritos ou não em Dívida Ativa, constituídos ou não, em fase de cobrança administrativa ou judicial e dá outras providências."

No caso de apresentação de Emendas ao Projeto de Lei nº. 02/2021 e se eventualmente aprovadas, fica desde já convocada Sessão Extraordinária para deliberação quanto a Redação Final ao projeto que se realizará na sequência da primeira Sessão Extraordinária.

**GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, 19 DE JANEIRO DE
2021.**

PAULO CÉSAR DIAS DE MORAES
PRESIDENTE

Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara e afixado no local de costume na data supra.

Amauri Gabriel Vieira
Secretário do Processo Legislativo

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA ESPECIAL

APROVADO

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE IBIÚNA

EM 22 DE

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO

Considerando que o Chefe do Executivo protocolou para apreciação desta Casa de Leis no dia 19 de janeiro de 2021 o Projeto de Lei nº. 02/2021 que "Disciplina o Programa de Recuperação de Crédito Fiscal, dos débitos tributários e não tributários inscritos ou não em dívida ativa, constituídos ou não, em fase de cobrança administrativa ou judicial e dá outras providências.";

Considerando que a medida proposta pelo Poder Executivo no Programa de Recuperação de Crédito Fiscal busca proporcionar aos contribuintes com débitos inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não, a oportunidade de liquidarem esses débitos em condições mais favoráveis, regularizando a situação perante o município, repercutindo na arrecadação das receitas municipais que serão utilizadas nos serviços e melhoramentos públicos prestados à população;

Considerando a urgência na deliberação da proposição conforme justificado acima;

Diante do exposto, requeremos à Mesa, nos termos dos Artigos 131, 132 e seus incisos do Regimento Interno, seja o Projeto de Lei nº. 02/2021 colocado em Regime de Urgência Especial e incluído para discussão e votação única na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

SALA VEREADOR RAIMUNDO DE ALMEIDA LIMA, EM 22 DE JANEIRO DE 2021.

Carlos Eduardo

Raimundo de Almeida Lima

João Paulo

Davila

Rui Fernando

Volnei

Correia

Antônio



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

PARECER CONJUNTO AO PROJETO DE LEI Nº. 02/2021 AUTORIA CHEFE DO EXECUTIVO

RELATOR: VEREADOR WALMIR BORTOLOTTI JÚNIOR

COMISSÕES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS E ORÇAMENTO; E
OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS.

O Chefe do Executivo apresentou para apreciação desta Casa de Leis no dia 19 de janeiro de 2021 o Projeto de Lei nº. 02/2021 que “Disciplina o Programa de Recuperação de Crédito Fiscal, dos débitos tributários e não tributários inscritos ou não em Dívida Ativa, constituídos ou não, em fase de cobrança administrativa ou judicial e dá outras providências.”

A Comissão de Justiça e Redação em análise a proposta original, quanto a sua competência, sob a legalidade e constitucionalidade, emite parecer favorável pela tramitação regimental, pois a proposição tem o objetivo autorizar o Executivo Municipal a implantar o Programa de Recuperação de Crédito Fiscal pertinentes aos débitos de pessoas físicas ou jurídicas junto à Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ibiúna com redução de juros e multas, sem prejuízo da correção monetária, mediante adesão do contribuinte interessado, o qual estará em vigor de 25/01/2021 a 31/03/2021, sendo que após esse prazo, não serão aceitos nem analisados pedidos de adesão. Conforme disposto no artigo 2º. os débitos tributários e não tributários até dezembro de 2020, inscritos em dívida ativa, constituídos ou não, em fase de cobrança administrativa ou judicial, até a data da publicação da lei, ficam reduzidos de juros de mora e multa moratória e poderão ser pagos da seguinte forma:- I – período de adesão de 25/01/2021 a 31/03/2021; II – Formas de Pagamento:- a) À vista com adesão até 22/02/2021, com desconto de 10% do valor do tributo e redução de 90% (noventa por cento) do valor dos juros e multa, nos termos do Decreto nº. 879/2020 (calamidade pública); b) Em 03 (três) vezes, com adesão até 31/03/2021, com redução de 90% (noventa por cento) do valor de juros e multas; c) Em até 06 (seis) vezes, com adesão até 31/03/2021, com redução de 80% (oitenta por cento) do valor de juros e multa; d) Em até 24 (vinte e quatro) vezes, com adesão até 31/03/2021, com redução de 70% (setenta por cento) do valor de juros e multas; e) Em até 24 (vinte e quatro) vezes, com adesão até 31/03/2021, com redução de 60% (sessenta por cento) do valor de juros e multas; f) Em até 36 (trinta e seis) vezes, com adesão até 31/03/2021, com redução de 50% (cinquenta por cento) do valor de juros e multas. Conforme disposto no artigo 3º. em todas as modalidades de parcelamento, inclusive para o pagamento à vista, a primeira parcela.....



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP., – Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

COMISSÕES

Parecer ao Projeto de Lei nº. 02/2021 – fls. 02

..... terá o vencimento em até 03 (três) dias após o ato da adesão ao Programa de Recuperação de Crédito Fiscal, sendo que as demais vencerão na mesma data dos meses subsequentes. Nos parcelamento previstos o valor das parcelas não poderá ser inferior a R\$ 100,00 (cem reais) conforme previsto no artigo 4º. Terão o direito em aderir ao Programa todos os débitos que já foram objeto de parcelamentos administrativos anteriores e se encontram com parcelas vencidas e não pagas, sem prejuízo da correção monetária conforme disposto o artigo 5º. Observe-se que o Artigo 11 da proposição concede um desconto de 10% (dez por cento) no Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU do exercício de 2021 para os contribuintes que fizerem opção pelo pagamento à vista até a data de 26 de fevereiro de 2021. Os demais artigos da proposição estabelecem critérios e normas para o perfeito enquadramento e funcionamento no Programa de Recuperação de Crédito Fiscal. Feita as observações nada impede a deliberação pelo Douto Plenário.

Sob o aspecto financeiro e orçamentário, a Comissão competente em estudo, também exara parecer pela tramitação regimental do projeto original, pois as despesas correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme aponta o artigo 12 da proposição.

A Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas, quanto a sua competência, exará parecer pela tramitação normal do projeto original, pois o Programa de Recuperação de Crédito Fiscal proporcionará aos contribuintes a redução do pagamento de juros e multas, sem prejuízo da respectiva correção monetária, para serem novamente incluídos no rol de adimplentes, com o conseqüente aumento da arrecadação municipal que reverterá em benfeitorias para toda a população Ibiunense.

Ao Plenário que é soberano em suas decisões.

É o parecer.

**SALA DAS COMISSÕES, VEREADOR JOÃO MELLO, EM 22 DE
JANEIRO DE 2021.**

WALMIR BORTOLOTTTO JÚNIOR

RELATOR – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

CARLOS EDUARDO GOMES
VICE-PRESIDENTE

DEVANIR CANDIDO DE ANDRADE
MEMBRO



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE IBIÚNA**

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

Parecer ao Projeto de Lei nº. 02/2021 – fls. 02

ANTONIO REGINALDO FIRMINO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

JAIR MARMELO CARDOSO DE OLIVEIRA **ARMELINO MOREIRA JÚNIOR**
VICE - PRESIDENTE **MEMBRO**

FAUSTO JOSÉ ALVES DOURADO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E
ATIVIDADES PRIVADAS

RONNIE VON PIRES DE OLIVEIRA
VICE - PRESIDENTE

LUIZ FERNANDO DE GÓES VIEIRA
MEMBRO



GABINETE

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

"Vereador Rubens Xavier de Lima"
Estado de São Paulo

Ofício GPC nº. 50/2021

Ibiúna, 22 de janeiro de 2021.

SENHOR PREFEITO:

Através do presente, comunico a Vossa Excelência que o Projeto de Lei Complementar nº. 001, nesta Casa tramitou como Projeto de Lei nº. 02/2021 que "Disciplina o Programa de Recuperação de Crédito Fiscal, dos débitos tributários e não tributários inscritos ou não em dívida ativa, constituídos ou não, em fase de cobrança administrativa ou judicial e dá outras providências.", foi **rejeitado** na Sessão Extraordinária realizada na presente data.

Sem mais, valho-me do ensejo para apresentar os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

PAULO CÉSAR DIAS DE MORAES
PRÉSIDENTE

CÓPIA

AO EXMO. SR.
PAULO KENJI SASAKI
DD. PREFEITO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA.
N E S T A.

Recebido em
26/01/21
Alexandre



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 18150-000 – Ibiúna – SP. - Fone/Fax: (15) 3241 - 1266
www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 02/2021 de autoria do Chefe do Executivo deu entrada na Secretaria Administrativa da Câmara no dia 19 de janeiro de 2021 acompanhado da Mensagem ao Projeto de Lei Complementar nº. 001/2021 do Chefe do Executivo solicitando convocação extraordinária para deliberar sobre o mesmo Projeto de Lei, e atendendo a Mensagem do Sr. Prefeito foi convocada regimentalmente Sessão Extraordinária para o dia 22 de janeiro de 2021, extraídas e entregues fotocópias aos Srs. Vereadores(a) do Projeto de Lei, e à disposição das Comissões.

Certifico mais o Projeto de Lei nº. 02/2021 recebeu no expediente da Sessão Extraordinária do dia 22 de janeiro de 2021 Requerimento de Urgência Especial nos termos regimentais, para inclusão, discussão e votação na Ordem do Dia da mesma Sessão Extraordinária.

Certifico ainda, colocado em votação nominal na Ordem do Dia da Sessão Extraordinária do dia 22 de janeiro de 2021 por meio do sistema eletrônico o Requerimento de Urgência Especial ao Projeto de Lei nº. 02/2021 foi aprovado por treze votos favoráveis, um contrário da Vereadora Rozi Aparecida Domingues Soares Machado e uma ausência do Vereador Abel Rodrigues de Camargo; e devido a aprovação do Requerimento de Urgência Especial foi apresentado o parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação; Finanças e Orçamento; e Obras, Serviços Públicos, Segurança Pública e Atividades Privadas.

Certifico também que devido a aprovação do Requerimento de Urgência Especial e a apresentação de parecer pelas Comissões foi colocado na Ordem do Dia em discussão e votação nominal por meio do sistema eletrônico o Projeto de Lei nº. 02/2021 sendo rejeitado por quatorze votos contrários e uma ausência do Vereador Abel Rodrigues de Camargo, e devido a rejeição foi comunicado ao autor através do Ofício GPC nº. 50/2021 de 22 de janeiro de 2021.
Ibiúna, 26 de janeiro de 2021.

Amauri Gabriel Vieira
Secretário do Processo Legislativo